

# Novos rumos para financiar a educação

João Cláudio Todorov\* e Moaci Alves Carneiro\*

12 MAR 1996

GAZETA MERCANTIL

**Deve-se ter uma boa agenda para uma ação cooperativa entre o MEC e as universidades públicas**

Eis aqui uma bela agenda para uma ação cooperativa entre o MEC e as universidades públicas. Detentoras de uma massa crítica e elevado padrão de qualidade, as universidades dispõem das condições de conhecimento e de competência ava-

to – problema típico da falta de uma convicção nacional em torno da questão da especialidade educativa – e as conjunturais com um amplo espectro de conformidades. Estas vão de uma vigorosa desigualdade dos investimentos públicos no setor, por parte de estados e municípios, até a precária distribuição de subsídios educacionais e de oferta de suporte técnico, com inegáveis prejuízos para a qualidade dos serviços educacionais à disposição da população.

Neste horizonte de preocupações, o Ministério da Educação vem empreendendo um esforço significativo de remoção destas questões crônicas. E começou pelo aspecto fulcral, enfrentando a caixa-preta do financiamento da Educação. De fato, nada mudará, sem uma ação substantiva sobre o conjunto de etapas que alinham o rumo dos recursos para a educação, incluindo: fontes de financiamento, modalidades de arre-

diente insubstituível na construção de sociedades com reduzidos níveis de assimetrias sociais.

No caso brasileiro, limitado e inconstante tem sido o esforço nessa direção. Historicamente, a ausência de uma política consistente para o setor de financiamento da Educação mostra a importância relativa que o Estado brasileiro tem dispensado ao setor educacional, caracterizado por problemas crônicos que reclamam soluções desafiadoras. Aqui, está em jogo uma questão de valor: qual a importância que a nossa sociedade atribui à Educação? Ou, em outras palavras, quem vai à escola e quem paga seus custos? A resposta a estas questões sugerirá rumos de política, a partir de juízos de valor inafastáveis.

A educação brasileira enfrenta dificuldades de dois níveis. As estruturas que dizem respeito, sobretudo, a quantidades desiguais de atendi-

educação básica. A preocupação cinge-se a evitar o clientelismo e desperdício. Os intermediários foram golpeados e os destinatários (as escolas) retomaram a função de sujeitos sociais do processo. Assim, ocorreu tanto no tocante ao Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, quanto ao Programa de Apoio Tecnológico. Trata-se de iniciativas profundamente "higiénicas" no campo do funcionamento da Educação. Culminância destas ações foi o envio ao Congresso de Mensagens criando o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Professor e alterando o formato da Educação Básica.

As Universidades Públicas sentem-se estimuladas a oferecer parceria consentânea com os interesses da sociedade brasileira e a UnB tem um lúcido entendimento de suas responsabilidades neste setor. ■

\* Reitor da Universidade de Brasília

\*\* Doutor em Educação e ex-professor da UnB

Uma avaliação econômica do setor educacional revela a vinculação direta entre o volume de recursos investidos e a dimensão de taxas de retorno sociais. A experiência internacional comprova multiplicadamente esta ligação. Basta verificar o altíssimo desempenho do conjunto de países da Europa Ocidental no tocante aos indicadores de competência social e, mais recentemente, a admirável performance dos chamados Tigres Asiáticos. Em ambos os contextos é indubitosa a relevância dos gastos educacionais.

Os exemplos da Alemanha, da Suécia e do Japão são ilustrativos quanto a esta relação. Durante meio século, estes países tiveram recursos financeiros "concentrados" na área da educação básica, por entenderem ser o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos literalmente estratégico. A agregação desse esforço foi tornando, crescentemente, a educação recurso básico tanto para a transformação competitiva das respectivas economias, como, pela sua articulação sinérgica, ingre-